

# Economia solidária: um processo educativo

Sueli Maria Cabral

suelic@feevale.br

Mestre em Educação, Professora do Centro Universitário Feevale e da Faculdade SENAC. Ministra disciplinas de Sociologia Geral, Metodologia Científica e Seminários.

## Resumo

O artigo inicia uma discussão sobre o conceito da economia solidária enquanto uma *ação pedagógica-emancipatória-comprometida*, uma nova *postura humana* que orienta ações presentes e futuras; traduzindo-a enquanto um instrumento educativo que oportuniza a subversão do esperado e anunciado, um instrumento que explora as novas possibilidades humanas diante deste novo século. Seu princípio está alicerçado dialogicamente entre o meio físico e social acreditando que estes podem possibilitar uma melhor percepção, não apenas da relação *trabalho-educação* mas, sobretudo de um novo *ethos* social e publicizar esta realidade social é descortinar espaços alternativos de inclusão.

**Palavras-chave:** economia, trabalho, educação.

## Abstract

The article initiates a discussion about the concept of the solidary economy as a pedagogical-emancipatory-engaged action, a new human position which guides present and future actions; translating it as an educative instrument that makes possible the subversion of the waited and announced behavior. An instrument that explores the new human possibilities in the new century. Its principle is based dialogically between the environment and social believing that these elements can make possible a better perception, not only of the relation work-education, but especially a new social ethos and to popularize this social reality is to disclose alternative spaces of inclusion.

**Keywords:** economy, work, education.

## Introdução

Que vivemos em um mundo repleto de incertezas, de irregularidades, constituído pelo aleatório e pela imprevisibilidade não é uma constatação nova. No

entanto, ser capaz de cada vez mais falar e compreender tais fenômenos a partir de uma perspectiva anticartesiana, operando interconexões, religando e agregando a partir da noção de uma auto-organização é o grande desafio da sociedade contemporânea.

Com uma aguda consciência dos limites e entendendo que "a desordem onipresente não é só oposta, mas também estranhamente cooperativa à ordem para criar organização" (MORIN, 1982, p.156.), o artigo que ora se propõe centra sua atenção em um estofado que vem sendo tecido como um instrumento de uma resistência pró-ativa frente à degradação humana e ambiental: a economia solidária.

Entendendo que a economia solidária ganha um status de resistência pró-ativa em função de sua essência pedagógica, detentora de uma noção antropológica, de finalidade e de método e se configura antes como um instrumento de formação humana, um lócus de construção de saberes a partir do princípio dialógico entre o meio físico e social, este artigo trata antes de traduzi-la enquanto uma *ação pedagógica-emancipatória-comprometida*, ou seja, uma ação pedagógica fundamentada na tese sobre *conhecimento-emancipação*, conhecimento este que percorre uma trajetória em direção à solidariedade.

## Economia solidária: Alternativas pedagógicas de sobrevivência

Parte-se da premissa que a Economia solidária não é apenas uma resposta à crise econômica, mas é também uma ação pedagógica-emancipatória-comprometida, estando esta vinculada ao conceito de conhecimento-emancipação. Oriundo da tese de Boaventura de Souza Santos (2000), este tipo de conhecimento é uma sucessão ininterrupta e constante de diversos estágios de ignorância a diversos estágios de saber e, de acordo como se entende tais estági-

os, as formas de conhecimento se distinguem e se aproximam, não havendo, portanto, nem uma ignorância em geral nem saber em geral.

Sob esta lógica, reside outras duas que ajudam a traduzir melhor o tema a ser abordado. A primeira é que sendo a economia solidária uma forma organizativa de ação “pelo qual um ator coletivo tenta dar uma unidade aceitável e durável a tal sistema, continuamente permeado por tensões” (MELUCCI, 2001, p.46), no campo do cotidiano, do ordinário, da variabilidade e da provisoriedade, é possível entendê-la também enquanto uma figura de desordem da ordem moderna. Neste sentido, sob o domínio de uma desordem que impinge a noção de uma nova ordem, este artigo traduz a Economia Solidária como uma figura de desordem<sup>1</sup> e, como tal, agente desafiador e transformador do *status quo* na sua dimensão econômica, social e cultural.

A segunda reside na idéia de que não existe um princípio único de transformação social, não havendo também sujeitos historicamente únicos nem uma única forma de dominação. Opressões, conflitos, violência e crises, no decorrer da história humana, acabou assumindo inúmeras facetas e todas elas reunidas não podem ser entendidas a partir de uma única perspectiva.

A reflexão e estas primeiras aproximações teóricas partem de uma tradução da Economia Solidária enquanto um lócus de construção de saberes cujo princípio está alicerçado dialogicamente entre o meio físico e social, acreditando que estes podem possibilitar uma melhor percepção, não apenas da relação trabalho-educação, mas sobretudo de um novo ethos social, uma vez que publicizar esta realidade social é descortinar espaços alternativos de inclusão, é oportunizar a apreensão de diferentes formas da relação de novos contextos sociais não ignorando, contudo, a tensão produzida nos mesmos, tanto por se configurarem também como figuras de desordem, quanto pela gestação de novos paradigmas na relação trabalho, educação e cultura.

No Rio grande do Sul, por exemplo, a partir de iniciativas procedentes da Igreja Católica, Associações de Bairros, Movimentos Sociais e de algumas Prefeituras Municipais, foram criadas inúmeras organizações economicamente solidárias, garantindo a sobrevivência de centenas de trabalhadores e concomitantemente oportunizando a construção de uma outra lógica econômica. (GAIGER, 2003).

Tais iniciativas criaram, na sua maioria, um efeito positivo na vida dos sujeitos envolvidos. O trabalho cooperativo, mesmo que não se encontre plenamente desenvolvido, explora uma outra índole humana, bem como um outro tipo de economia, uma socioeconômica que incorpora na atividade produtiva a formação e promoção humana. (ARRUDA, 1997).

É importante ressaltar que a Economia Solidária não é uma ação sócio-econômica nova. Frente às avassaladoras conseqüências da substituição da força humana pela força da máquina, os operários ingleses, no século XIX, começaram a se organizar, buscando outras maneiras de ordenar a produção e a distribuição de bens e serviços a partir da lógica da solidariedade. Conforme Singer (2002, p.83):

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecida pela base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que fornecem o dinheiro para adquirir os meios de produção, e é por isso que sua única finalidade é dar lucro para eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido [...] O Capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem, na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela.

De acordo com Souza (2002), trabalhadores começaram a se agrupar sustentados por uma solidariedade cujo lema era “*um por todos e todos por um*”, descobrindo assim que poderiam desenvolver alternativas, tanto frente ao individualismo liberal, quanto ao socialismo centralizado. Da mesma forma Franke (apud RECH, 2000, p. 7) ressalta essa característica como essencial:

A cooperativa não existe para explorar serviços no seu próprio interesse, mas para prestá-lo desinteressadamente aos seus membros, os cooperados. Essa atitude básica pressupõe um ideário socioeconômico, a que se tem chamado, com muito acerto de Solidarismo, entendido como expressão de um comportamento comum em que o interesse da cooperativa se dá exatamente esse ideário que distingue as cooperativas, por forma inequívoca, de outras orientações econômicas, tais como o individualismo lucrativista e o coletivismo comunista, e bem assim, do altruísmo econômico.

O cooperativismo, mesmo que frágil e insipiente frente às forças coercitivas do Capitalismo Industrial, instala-se como uma alternativa econômica emancipatória, onde o intercâmbio de benefícios solidários criou uma expectativa nos seus associados: a

<sup>1</sup> Desenvolvida a partir de uma interface com as idéias de George Balandier (1997) a categoria “Figuras de Desordem”.

de ser um instrumento capaz de se sobrepor, ou pelo menos, sobreviver ao modelo econômico vigente.

No Brasil, o movimento cooperativista se inicia em 1847. O médico francês Jean Maurice Faivre, “adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas” (SCHIMIDT e PERIUS, 2003, p.64). Mas foi em Limeira-SP, em 1891, que surgiu a primeira organização cooperativa, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.

O cooperativismo desenvolveu-se [...] através de vários ramos ou segmentos, como o cooperativismo agropecuário, cooperativismo de eletrificação rural, crédito rural, cooperativismo de crédito de consumo, cooperativismo de crédito urbano, cooperativismo habitacional, de trabalho, de saúde, etc. Os diversos ramos manifestaram uma evolução contínua até 1960, quando alguns ramos entraram em crise, como foi o caso das cooperativas de consumo e de crédito. Hoje, após a Carta Magna de 1988, cresce o cooperativismo urbano, notadamente nos setores da saúde, do trabalho e da habitação. (SCHIMIDT e PERIUS, 2003, p.64).

Ainda segundo os autores, o cooperativismo urbano se desenvolveu “notadamente” a partir dos anos 90, em função de que o mercado de trabalho na década de 80 já sinalizava que era incapaz de comportar toda população economicamente ativa. Com uma produção estagnada, falências de empresas e a inserção de inovações técnicas e organizacionais, a economia nacional foi esboçando que uma reestruturação produtiva, (otimização do espaço e tempo da trabalho/empresa) sob o julgo das exigências do mercado internacional geraria (como gerou) uma grande desregulamentação no mercado de trabalho, o que culminou em altas taxas de desemprego aberto e oculto pelo trabalho precário<sup>2</sup>.

Acontecimentos como a queda do muro de Berlim em 1989, a desintegração da União Soviética em 1991, o crescimento econômico de alguns países asiáticos, os planos de formação de blocos econômicos regionais e o próprio desenvolvimento científico e tecnológico fortaleciam a idéia de que era necessário “enxugar” também a máquina estatal, a fim de estruturar o sistema a partir do consenso neoliberal

(OLIVEIRA, 1998).

Os diferentes consensos que constituem o consenso neoliberal partilham uma idéia-força que como tal, constitui um meta consenso. Essa idéia é a de que estamos a entrar num período em que desapareceram as clivagens políticas profundas. As rivalidades imperialistas entre os países hegemônicos, que no século XX provocaram duas guerras mundiais, desapareceram, dando origem à interdependência entre as grandes potências, à cooperação e à integração regionais. Hoje em dia, existem apenas pequenas guerras, quase todas na periferia dos sistemas mundial e muitas delas de baixa intensidade. Por sua vez, os conflitos entre capital e trabalho, que por deficiente institucionalização, contribuíram para a emergência do fascismo e do nazismo, acabaram sendo plenamente institucionalizados nos países centrais depois da Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2002, p.28).

Este *meta consenso* está situado num processo internacional amplo, que interliga mercados mundiais, internacionalizando economias e relações sociais: uma Aldeia Global (GIDDENS, 1990) sem barreiras nacionais às operações de mercados de capital e com uma estrutura institucional cujo elemento mais importante são as empresas multinacionais<sup>3</sup>, aos mercados financeiros globais que produzem e aos blocos comerciais transnacionais que sustentam.

Tal conjuntura cria em países periféricos a obrigatoriedade de seguir prescrições ancoradas no consenso hegemônico neoliberal, mitifica a idéia do encurtamento de distâncias e do equilíbrio global. No entanto, ao combinar universalização e quebra de fronteiras nacionais na luta contra o particularismo e a diversidade local, os processos de globalização transnacionais do capital acabaram por aumentar drasticamente a distância entre estes países e os denominados “centrais”. (SANTOS, 2002).

Países periféricos como o Brasil, democrata, mas com uma soberania relativa, dada as constantes condições preconizadas pela assistência internacional, torna-se espaço fértil de formas destrutivas de vida social: degradação ambiental, crime organizado, falência dos serviços públicos, etc. As desigualdades de riquezas geradas no seu interior acabam por criar um quadro de pobreza estrutural, perversiva, permanente e natural.

A pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como va-

<sup>2</sup> Conforme a metodologia aplicada na PED/RMPOA (Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre) desenvolvida pelo DIEESE/SEADE/FGTAS/FEE, entende-se por Desemprego Aberto o número total de pessoas com 10 anos e mais que não realizaram qualquer tipo de trabalho remunerado e que procuraram emprego nos últimos 30 dias; por Desemprego Oculto pelo trabalho precário, entende-se o número total de pessoas com 10 anos e mais que procuraram trabalho nos últimos 30 dias e exerceram algum tipo de trabalho de maneira irregular e descontinua neste mesmo período.

<sup>3</sup> De acordo com Boaventura de Souza Santos (2002, p.31.) “Uma das transformações mais dramáticas produzidas pela globalização econômica neoliberal reside a enorme concentração de poder econômico por parte das empresas multinacionais: das 100 maiores economias do mundo, 46 são empresas multinacionais; 70% do comércio mundial é controlado por 500 empresas multinacionais; 1% das empresas multinacionais detém 50% do investimento direto estrangeiro”.

sos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. Alcançamos, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais como a colaboração consciente dos governos nacionais e, contrariamente às situações precedentes, com a convivência de intelectuais contratados – ou apenas contratados – para legitimar essa naturalização. (SANTOS, 2000, p.72).

Esta produção maciça de pobreza legitimada, carregando consigo outros fenômenos como a degradação ambiental, doenças, medo e violência, são rasgos apocalípticos que concede um nível de tradução do tempo, do espaço e das angústias contemporâneas. No entanto, há de se ressaltar que o recorte epistemológico proposto neste artigo coloca um olhar etnográfico nesta abertura disforme, afrontando seu movimento selvagem na tentativa de traduzir suas manifestações.

Compreendê-las torna-se importante na medida em que servindo de suas contradições e utilizando-as como instrumento de ação, alguns homens e mulheres, na busca da sobrevivência, criaram na periferia do campo social novas formas de ser e de estar neste mundo, novas socializações que, mesmo banalizadas, são motores, quiçá, de uma nova ordem.

Em uma visão comum, o progresso não se faz sem fracassos ou regressões; resfolega como um motor cansado, e a desordem evolui no seu rastro de destruição. Já disse que a consciência da desordem está mais viva; administra as maneiras de negociar o cotidiano, as espertezas, os subterfúgios, as defesas, as necessidades, e não somente as estratégias de sucessos encorajadas pelas possibilidades oferecidas por um mundo em movimento, onde os códigos se embaralham, referências e valores se intercomunicam ou desaparecem. Todavia difunde-se a idéia que se a desordem não se isola, é importante identificar suas manifestações, sinalizar-lhe uma oposição, convertê-la em energia capaz de efeitos positivos; utilizar o movimento em vez de deixá-lo solto ou sofrê-lo, mesmo sem saber ao certo quais os meios para se chegar a isso e os ricos assumidos por erro e não por passividade. (BALANDIER, 1997, p.191).

Articulando ações que se baseiam nos princípios da igualdade, solidariedade, proteção ao meio ambiente, bem como um novo princípio de consumo, o consumo solidário “que ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas igualmente o bem-viver coletivo” (MANCE, 1999, p.29), a economia solidária torna-se uma figura de desordem pedagógica, uma vez que a sua efetivação está imbricada numa nova forma de ser do humano.

Esta nova forma de ser do humano está relacionada a uma expressão não só produtiva, mas organizativa e essencialmente **educativa**. Esta expressão educativa está vinculada a um tipo específico de conhecimento, o *conhecimento-emancipação*. Este tipo de conhecimento aponta o colonialismo como uma forma específica de ignorância e, ao mesmo tempo em que contém em sua base um compromisso ético, objetiva o reconhecimento do outro como produtor de diferentes saberes, designando a solidariedade como seu princípio máximo.

A solidariedade é uma forma específica de saber que se conquista sobre o colonialismo. O colonialismo consiste na ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto. A solidariedade é o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade. A ênfase na solidariedade converte a comunidade no campo, privilegiado do conhecimento emancipatório. (SANTOS, 2000. p.81).

Abrigar, portanto, ao conceito de economia solidária o de *ação pedagógica-emancipatória-comprometida* é entendê-lo não apenas como uma nova forma de ser da economia, mas uma nova *postura humana* que orienta ações presentes e futuras; é traduzi-lo enquanto um instrumento educativo – “*campo privilegiado do conhecimento emancipatório*” - que oportuniza a subversão do esperado e anunciado, um instrumento que explora as possibilidades possíveis e organizando-se a partir delas.

Neste sentido, a prática de uma economia solidária implica um novo *ethos*, onde toda responsabilidade torna-se uma *co-reponsabilidade*, constituída de uma intencionalidade *cognitiva-afetiva* que propicia uma cidadania para além de um indicativo de qualidade, para além de um modo de estar: propicia o *cidadaniar*.

Cidadaneano, o poder que se busca compartilhado, tende a encontrar um equilíbrio entre suas características *cósmicas e caósmicas*<sup>4</sup>, tende a uma eficácia da força coletiva pela via da participação ativa, operando-a em todos os campos sociais e articulando-a não somente no concreto, mas no socialmente invisível. (CABRAL, 2000. p.102.).

Organizando-se pela dimensão da solidariedade e pelo princípio da participação e do redimensionamento do espaço de ação da cidadania, o trabalho cooperativo ou associativo torna-se vetor de uma nova racionalidade econômica, detentora de um poder pedagógico auto-organizador *meta-positivo*, ca-

<sup>4</sup> Estas características partem da tese de Boaventura Santos (2000).

paz de contribuir não apenas na emancipação individual, mas também coletiva.

Contudo, ao vislumbrar tal poder, igualmente não se ignora que a economia solidária situa-se num universo ainda condicionado pela lógica da subsistência imediata, de uma atividade produtiva voltada a satisfação das necessidades diárias. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Economia Solidária configura-se como “uma teia enorme e variada de iniciativas econômicas de cunho associativo, diversamente organizado, aglutinado por vezes em segmentos que gravitam normalmente em órbita própria” (GAIGER, 2003, p.267). Traduzi-la, portanto, carece de olhar extremamente cauteloso.

A fim de que não se caia num romantismo estéril é importante que se tenha sempre em mente que ainda vivemos numa sociedade onde o assalariamento possui *status* de competência e identidade reconhecida e, excluídos do mercado de trabalho formal, quer seja por idade, sexo ou escolaridade, trabalhadores se unem não pelo ideário da solidariedade, mas da sobrevivência. Não agregar isso como elemento de tradução obscureceria a análise de como estas novas formas de organização e vivência do trabalho estão influenciando ou promovendo novas formas de ser e de estar no mundo.

Penso então que empreendimentos economicamente solidários podem ser traduzidos enquanto figuras de desordem, possuidores de uma força capaz de gerar ações pedagógicas comprometidas com a emancipação de sujeitos auto-eco-organizadores. Neste sentido, acredita-se que sua relevância não esteja numa idéia, mas na constatação de que é necessário explorar sua dimensão antropológica, teleológica e metodológica a fim de melhor compreender o âmago da formação que se vem realizando.

### Referências bibliográficas

ARRUDA, M. **Globalização e Sociedade Civil**: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Proposta. Rio de Janeiro, 1997, n.74, p.6-17.

BALANDIER, Georges. **A Desordem - Elogio ao Movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 261p.

CABRAL, Sueli Maria; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Trabalhadores do lixo: o relato de uma pedagogia da desordem**. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GAIGER, Luiz Inácio. Os Caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SILGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desempre-**

**go**. São Paulo: Contexto, 2003. 360p.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. 5. ed Lisboa: Presença, 2000. 335 p

MANCIE, Euclides André. **A Revolução das Redes**. Petrópolis: Vozes Editora, 1999. 220p.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Lisboa: Publicações Europa América, 1982.264p.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.200 p.

OLIVEIRA, Marco Antônio (org.) **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas:UNICAMP.IE,1998. 283 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.386p.

\_\_\_\_\_. **Produzir para Viver. Os Caminhos da Produção não capitalista**. Rio e Janeiro, 2002. 514p. (Coleção: Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. V.2 )

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SOUZA SANTOS, Boaventura. **Produzir para Viver. Os Caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro, 2002. (Coleção: Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. V.2 ). 81-130 p.

SHIMIDT, D. e PERIUS, V. Cooperativismo e Cooperativa. In CATTANI, A.D. (org) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.192p.